

Cidadãs PositHIVas de São Paulo realizam VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids - SP/SP, 13 a 15/12/2018

O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas do Estado de São Paulo (MNCP) realizará o VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids entre os dias 13 e 15 de dezembro. Trinta mulheres que vivem com HIV/aids no estado de São Paulo discutirão o tema “Saúde da Mulher e suas Vulnerabilidades e Especificidades”.

[\(Agência AIDS, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O evento tem por objetivo promover a troca de experiências, mobilizar reflexões que gerem mudanças pessoais visando o fortalecimento e empoderamento das mulheres que vivem com HIV/Aids, para o enfrentamento da violência contra a mulher e o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a integralidade da saúde da mulher nas políticas públicas de saúde.

Nesta ocasião estarão sendo homenageadas três mulheres, cuja contribuição tiveram impacto incisivo na maneira como o MNCP se organiza no Brasil e incide sobre as políticas públicas para o HIV/Aids.

Nair Brito, fundadora do MNCP e a primeira pessoa a exigir, judicialmente, anti-retrovirais gratuitos, abrindo caminho para que todas as pessoas tenham acesso ao tratamento e direito à vida. Jenice Pizão pelo trabalho nos países de língua portuguesa com o objetivo de que para que as mulheres tivessem consciência de seus direitos e poder de atuação. E Adriana Aros, membro do MNCP no Estado de São Paulo que contribuiu de forma significativa para capacitação de novas lideranças.

Foi o ano da resistência das mulheres, diz Anistia Internacional

No 70º aniversário da Carta dos Direitos Humanos, ONG divulga o seu mais novo relatório sobre desigualdades. A retrospectiva de 2018 foca em especial na contínua opressão a mulheres em muitos países.No mundo, 49,5% de todas as pessoas são do sexo feminino. Mas apenas 17% dos chefes de Estado e de governo e 23% dos parlamentares são mulheres. Estes dados do novo relatório da Anistia Internacional, apresentados nesta segunda-feira (10/12), ilustram o longo caminho a ser percorrido para uma verdadeira igualdade de gênero.

[\(Terra, 10/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

“Os direitos das mulheres sempre foram classificados abaixo de outros direitos e liberdades”, diz o secretário-geral da Anistia Internacional, Kumi Naidoo. Ele condena os governos “que se mantêm calados e que na realidade pouco fazem para proteger os direitos de metade da população”.

Em particular, a organização de direitos humanos registrou uma crescente abundância de “sujeitos duros” entre os líderes de Estado que defendem políticas xenófobas ou contrárias às mulheres. Mas as mulheres deste mundo, diz a Anistia, querem cada vez mais: Naidoo classificou 2018 “um ano marcado pela resistência das mulheres”.

Em seu prefácio, o ativista lembrou os protestos em todo mundo sob a hashtag #MeToo contra a agressão sexual e a luta por Justiça para milhares de mulheres na Nigéria depois de ataques de soldados e extremistas do Boko Haram. Na América Latina, um movimento feminino de proporções até então desconhecidas tomou as ruas sob o lema “Ni una menos”.

Em alguns países, a situação das mulheres melhorou, como, por exemplo, na Irlanda, onde o direito ao aborto foi liberalizado por referendo, ou na Arábia Saudita, onde as mulheres estão agora autorizadas a conduzir veículos.

No entanto, esses êxitos fracionários não devem obscurecer a enorme demanda reprimida. De acordo com a Anistia Internacional, cerca de 40% das mulheres em idade reprodutiva vivem em países onde o aborto é regulamentado de forma muito restritiva, e cerca de 225 milhões de mulheres mundo afora não têm acesso a contraceptivos modernos. Além disso, a disparidade salarial entre homens e mulheres ainda é de 23%.

Para 2019, a Anistia Internacional quer impulsionar uma guinada definitiva. “Mais do que nunca, temos de estar junto aos movimentos das mulheres, dar ouvido às mulheres em toda a sua diversidade e batalhar pelo reconhecimento de todos os seus direitos”, diz Naidoo.

Crise dos refugiados

No relatório de 52 páginas, a organização de direitos humanos também analisou o agravamento da situação dos refugiados em todo o mundo. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), ao menos 75.200 refugiados foram realocados no ano passado, uma queda de 54% em relação a 2016 (163 mil). A Acnur apontou que ao menos 1,2 milhão de realocações são necessárias anualmente.

A Anistia Internacional afirma não acreditar que o ainda a ser votado Pacto de Refugiados da ONU acarretará em muitas mudanças. O relatório classificou o tratado de um “plano embaraçoso de abstenção intencional”.

Não mudará em nada para a minoria rohingya em Bangladesh, os jovens somalis que nasceram em campos de refugiados no Quênia ou os refugiados esquecidos em Nauru. E o pacto migratório entre a União Europeia (UE) e a Turquia, no qual Ancara acolhe refugiados mediante pagamento de Bruxelas, os defensores de direitos humanos classificam como “ponto de referência de como se desvincular da responsabilidade”.

Fortalecimento da África

Na África, a Anistia Internacional observa uma terceira batalha enfrentada pelas sociedades locais. Depois de alcançarem a independência de seus colonizadores e, em alguns Estados, superarem regimes violentos e repressivos, estas sociedades enfrentam agora a necessidade “de tornar as leis nacionais e os compromissos de direitos humanos mais valiosos do que o papel em que estão escritos”.

O relatório critica, por exemplo, o governo do Egito, que prende críticos. Por outro lado, a Anistia Internacional enaltece o progresso feito na Etiópia, que tem se aberto cada vez mais sob o novo primeiro-ministro Abiy Ahmed. No entanto, o relatório também aborda retrocessos, como a prisão, muitas vezes arbitrária, de três mil jovens em setembro, supostamente devido a um aumento da criminalidade.

A melhor notícia da África, de acordo com o relatório da organização de direitos humanos, é a “contínua e extraordinária coragem exibida no continente pelas pessoas comuns”.

Crises na Ásia e no Oriente Médio

A Anistia Internacional classifica os campos de detenção na província autônoma chinesa de Xinjiang, onde transcorre a tentativa de doutrinação de até um milhão de uigures e de outras minorias, como “um dos desenvolvimentos mais perturbadores do ano”.

Atenção especial foi dada também à situação em Myanmar, de onde 720 mil membros do grupo étnico muçulmano rohingya fugiram do país e cruzaram a fronteira com Bangladesh, em que vivem majoritariamente em condições miseráveis.

No Oriente Médio, a Anistia Internacional critica especialmente a guerra no Iêmen, que acarretou em 17 mil civis feridos ou mortos até então. O caso Khashoggi também desviou a atenção para a situação na Arábia Saudita, na qual a carteira de motorista para as mulheres representa muito mais uma concessão do que uma abertura fundamental para maiores direitos civis.

Incertezas na Europa

“O aumento da intolerância, do ódio e da discriminação no contexto de um espaço cada vez menor para a sociedade civil está ampliando a lacuna na estrutura social da região”, descreve a Anistia Internacional. “Uma política de medo separa as pessoas, enquanto os líderes usam retóricas tóxicas ao culpa grupos de pessoas por seus problemas sociais e econômicos.”

Um exemplo preocupante é a Turquia, onde mais de 130 mil funcionários públicos foram arbitrariamente demitidos. Além disso, a independência e o posicionamento do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos estão cada vez mais ameaçados. Alguns Estados se recusaram a implementar julgamentos vinculativos.

Por outro lado, a organização dos direitos humanos também atestou uma crescente resistência popular na Europa. “Um amplo movimento de pessoas comuns com um entusiasmo extraordinário se posicionaram em favor de justiça e igualdade”, diz o relatório.

Ataques na América

No segundo semestre, pode ter parecido brevemente que o movimento #MeToo nunca existiu nos EUA. O presidente americano, Donald Trump, conseguiu impor seu indicado à Suprema

Corte, Brett Kavanaugh, embora uma professora tenha declarado ao Senado ter sido estuprada por ele quando eram jovens e mesmo com o protesto de milhares de mulheres.

Além disso, o relatório criticou a separação de centenas de crianças de suas famílias depois que estas cruzaram ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos.

De resto, o foco esteve principalmente nos países da América Central e do Sul, onde os cidadãos foram repetidamente hostilizados pelas autoridades. A Anistia Internacional criticou, por exemplo, que na Colômbia os tribunais sejam usados para silenciar defensores dos direitos humanos. No país, um ativista é assassinado em média a cada três dias. Mas também há esperança, como demonstrado em Honduras com a prisão de nove pessoas responsáveis pela morte de um ativista.

Por Deutsche Welle

Bancada feminina faz esforço final para aprovar propostas em 2018

Em 2 semanas, 8 projetos de lei relacionados a direitos das mulheres passaram pela Câmara; 3 deles ainda precisam do aval do Senado.

[\(HuffPost Brasil, 09/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em fim de ano eleitoral e às vésperas do início do mandato de um número recorde de parlamentares novos, a **bancada feminina** fez um esforço, nas últimas 2 semanas, para aprovar propostas relacionadas a direitos das mulheres. Dentro da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da **violência contra as mulheres**”, a Câmara dos Deputados aprovou, neste período, 8 projetos de lei ligados ao tema.

Desse total, 5 seguiram para sanção do presidente Michel Temer e 3 ainda precisam do aval do Senado, o que pode não ocorrer em 2018 devido ao rito de tramitação.

Os textos foram definidos após acordo entre as deputadas. Dos 9 escolhidos, apenas um foi retirado de pauta - o PL 622/2015. O projeto prevê a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou ainda contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

“Houve uma contestação de determinados setores ligados à cultura que acham que isso pode ser compreendido de maneira subjetiva e levar a uma censura. Vamos nos debruçar sobre o assunto e ver se a gente especializa o projeto”, afirmou ao HuffPost Brasil a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Para a parlamentar, o mutirão deve ser comemorado, mas há muito que avançar. “Estamos vivendo tempos turbulentos e as mulheres acabam ficando condicionadas a duas datas: março

e o fim de ano. Isso é uma atipia do sistema legislativo brasileiro. Precisamos, além de crescer o número de mulheres, garantir a aprovação de pautas que impactem a vida de mais da metade da população brasileira”, afirmou.

Por esse motivo, Portugal defendeu que o Congresso vote uma reforma política que inclua cota de cadeiras para mulheres. A bancada não conseguiu avançar com a proposta de emenda à Constituição sobre esse tema nesta legislatura.

Entre as propostas aprovadas nas últimas 2 semanas, a maioria está ligada à violência doméstica, devido a uma facilidade de consenso sobre o tema entre as deputadas e à situação nacional nessa esfera. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres.

Na avaliação da deputada Maria do Rosário (PT-MS), a mobilização foi importante diante da expectativa para 2019. “Concluímos agora sem saber como será o futuro. Neste momento temos movimentos anti-feministas dentro da próxima bancada”, disse à reportagem.

A partir do próximo ano, das 77 eleitas, legendas progressistas como PT, PCdoB e PSol somam 21 integrantes. Do outro lado, 9 são do PSL, partido de Jair Bolsonaro. Aliadas do presidente eleito, já afirmaram, por exemplo, que [“mulher aceita a violência porque não quer trabalhar”](#).

Apesar do esforço da Câmara, o caminho não é curto no Senado. Os projetos originados na Câmara só não passam pelas comissões se forem aprovados requerimentos de urgência.

“Não creio que haja disposição da maioria de votar imediatamente projetos que acabam de vir da Câmara. E o requerimento de urgência depende de uma maioria determinada pelo regimento interno. Pode iniciar a tramitação, mas dificilmente concluir neste ano”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com a parlamentar, que comanda a Procuradoria da Mulher no Senado, não houve um acordo com as deputadas para acelerar a tramitação. “Não houve um pedido formal de atenção especial para a bancada feminina. Não recebemos nenhum pedido nesse sentido”, afirmou.

Grazziotin acredita ser possível aprovar algum texto ligado a mulheres ainda em 2018, mas admite que algumas matérias não vão avançar. Uma delas é o projeto de lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos, aprovado pela Câmara em junho. O PLC 56/2018 chegou a entrar na pauta do plenário do Senado neste semestre, mas saiu devido à resistência de senadores.

“Ele é bastante polêmico. Chegamos a sugerir a apresentação de uma emenda para que fosse votado ainda nessa semana, que dessa forma iria para a Câmara e a Câmara dá a palavra final, mas não houve consenso para ser votado”, afirmou Grazziotin. O objetivo da proposta é evitar casos de gravidez acidental, abandono escolar e exploração sexual, muitas vezes relacionados a casamentos precoces.

Entenda o que foi aprovado sobre violência contra mulher

01) Pagamento do agressor: pendente de votação no Senado, o Projeto de Lei 9691/18 obriga o agressor a ressarcir os custos do SUS (Sistema Único de Saúde) com vítimas de

violência doméstica, além de eventuais gastos com uso de abrigo para vítimas e dispositivos de monitoramento de mulheres amparadas por medidas protetivas. Para evitar que os bens da vítima sejam usados para esse pagamento, foi incluído no texto um dispositivo para que o ressarcimento não diminua o patrimônio dela ou de seus dependentes.

02) Ecocardiograma fetal: depende de aval do Senado o PL 5248/16, que inclui o ecocardiograma fetal entre os exames a serem oferecidos pelo SUS. Também deve estar disponível o exame de ultrassonografia transvaginal por duas vezes durante o primeiro quadrimestre da gravidez.

03) Prevenção contra câncer: enviado para sanção presidencial, o PL 843/07 autoriza o trabalhador a se ausentar do serviço para realizar exames preventivos contra o câncer. Apesar do tema não se restringir às mulheres, faz parte do pacote acertado pela bancada feminina.

04) Reconstrução de mama: dependente de sanção presidencial, o PL 4409/16 garante o direito à reconstrução das duas mamas para garantir sua simetria em mulheres submetidas a tratamentos contra o câncer.

05) Porn revenge: enviado para sanção presidencial, o PL 5555/13 prevê pena de 6 meses a 1 ano e multa para quem fizer registro não autorizado da intimidade sexual. O crime também inclui quem produz montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

06) Medida protetiva: ainda sem aval do presidente, o PL 3030/2015 aumenta a pena de homicídio no caso de descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.

07) Mães presas: pendente de sanção do presidente, o PL 10269/18 coloca na lei entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que concedeu às detentas mães o direito de cumprir a pena em regime domiciliar.

08) Tratamento de agressores: depende de aprovação dos senadores o PL 5001/16, que altera a Lei Maria da Penha para que o autor de violência familiar frequente centros de educação e de reabilitação e receba acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio. Após um acordo em plenário, o texto final prevê que a orientação possa ser determinada pelo juiz, mas não seja uma obrigação.

Por Marcella Fernandes

[Angela Davis confirma participação no Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia](#)

A ativista estadunidense participará da abertura do evento e de mesas de debates que serão instaladas até domingo (09/12)

Angela Yvone Davis, filósofa e ícone da luta pelos direitos civis nos EUA e no mundo, é presença garantida no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos, que acontece em Goiânia, de 6 a 9 de dezembro. Para Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Na capital de Goiás, serão mais de mil ativistas negras mobilizadas em torno dos debates norteados pelo slogan ‘Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver - Mulheres Negras Movem o Brasil’.

Professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, Davis trará contribuições importantes às reflexões propostas para o Encontro. Davis traz para o encontro sua expertise, suas vivências, pesquisas e a própria história de vida, para contribuir com as reflexões das mulheres negras brasileiras pela manutenção e conquista de direitos e pela convergência de esforços no embate a todas as formas de opressão e submissão do segmento. Uma das participações mais esperadas, a ativista estará na abertura, dia 6, e em debates que serão instalados até domingo (9/12).

Autora de vários livros, entre os quais “Mulheres, Cultura e Política” e “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis tem a obra marcada por um pensamento que visa romper com assimetrias sociais. Ela defende a necessidade de refletir sobre as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe”, diz.

Angela Davis integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, tendo sido candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Atuou próxima ao Black Panther Party (Partido Panteras Negras), foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha Free Angela Davis (Libertem Angela Davis).

O Encontro - A atividade em Goiânia é um conagraçamento pelos 30 anos de realização do I Encontro na cidade de Valença, Rio de Janeiro. É, também, uma oportunidade de reafirmação da autonomia das mulheres negras do campo e da cidade, das periferias, quilombolas, religiosas de matriz africana, trabalhadoras domésticas, jovens e de todas as idades. O Encontro foi aprovado, por aclamação, pelas organizações de mulheres negras participantes do Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 Anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em março deste ano, no âmbito do 13º Fórum Social Mundial em Salvador, Bahia.

Desde março deste ano, as ativistas estão realizando atividades prévias nos seus estados e atualizando a leitura de como estão os seus direitos nos lugares onde vivem e em todo o país. O enfrentamento das violências urbanas, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, o embate ao epistemicídio acadêmico são tópicos propostos pelas lideranças das cinco regiões do Brasil para o Encontro de Goiânia. Também será debatido o acirramento do racismo, o aprofundamento das desigualdades e a concentração de riquezas, feminicídio de mulheres negras, assassinato de jovens negros e negras, encarceramento e precarização do trabalho.

SERVIÇO

O que: Angela Davis no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver - Mulheres Negras Movem o Brasil

Quando: 06 a 09 de dezembro de 2018

Onde: Goiânia - Goiás - Centro de Convenções da PUC TV

Fundo de População da ONU promove espaço seguro para mulheres e meninas em Roraima

Para marcar os 16 dias de ativismo contra a violência de gênero, jovens brasileiras e venezuelanas se uniram na tarefa de construir um espaço seguro para mulheres, adolescentes e pessoas em vulnerabilidade que chegam aos postos de triagem para migrantes e refugiados de Boa Vista e Pacaraima (RR). A iniciativa é do [Fundo de População das Nações Unidas \(UNFPA\)](#), em parceria com o Projeto Crescer, ação social da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

[\(Nações Unidas, 04/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Durante três dias, alunos e alunas que fazem parte da cooperativa do Crescer, projeto que busca incentivar o empreendedorismo de jovens como forma de integração social, conduziram oficinas de customização de almofadas, confecção de baús e pêndulos para decoração. Tudo o que foi produzido ficou no espaço dedicado para acolhimento de mulheres, adolescentes, população LGBTI, idosos e pessoas com deficiência.

“Antes de chegarmos, achamos que seria complicado, por conta da língua, achei que poderíamos ter problemas de comunicação, mas a realidade foi bem diferente, encontramos pessoas maravilhosas”, disse Kessiane Silva, aluna da oficina de moda do Projeto Crescer.

“Foi uma experiência muito divertida, espontânea e criativa. Nos ensinaram a fazer trabalhos manuais que nunca imaginei que poderiam ser feitos tão facilmente e com materiais simples que posso achar em casa”, disse Bélgica Shakira, participante do projeto.

A criação de espaços seguros é uma estratégia do UNFPA em contextos de emergência. Trata-se de locais formais ou informais em que as pessoas se sintam emocionalmente e fisicamente seguras. Em Boa Vista e Pacaraima, estes espaços servem para mulheres e meninas socializarem, reconstruírem suas redes afetivas, acessarem informação sobre direitos e saúde, participarem de rodas de conversa e oficinas profissionalizantes.

As oficinas em Boa Vista aconteceram no fim de novembro e seguem agora para Pacaraima, nos dias 6 e 7 de dezembro. O projeto é financiado pelo Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (CERF), que tem como objetivo salvar vidas no âmbito da assistência humanitária. Em Roraima, junto ao UNFPA, o fundo apoia atividades para promoção e defesa da saúde sexual e reprodutiva, além de proteção de mulheres, adolescentes e pessoas em situação de violência e de maior vulnerabilidade.

Sobre os 16 dias de ativismo

A campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres é uma mobilização anual, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e do poder público. Mundialmente, a campanha se inicia em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

No Brasil, ela se inicia um pouco mais cedo, em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Neste ano, a “UNA-SE”, campanha do secretário-geral das Nações Unidas pelo fim da violência contra as mulheres, pede para nos solidarizarmos com as sobreviventes, defensoras e defensores dos direitos humanos das mulheres que estão trabalhando para prevenir e acabar com esse flagelo.

Cresce estupro virtual, em que vítimas são ameaçadas com divulgação de imagens íntimas

Fantástico mostra história de mulheres que, para não ter fotos e vídeos compartilhados na internet, viraram reféns.

[\(Globo.com, 02/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Começa com uma solicitação de amizade, que logo vira paquera. A vítima envia a primeira foto íntima, o primeiro nude, morde a isca. O suposto namorado passa a chantageá-la, ameaçando compartilhar a foto.

[Clique aqui para assistir ao vídeo da reportagem no portal Globo.com](#)

Este caso aconteceu com uma adolescente em Brasília, que ficou refém de um homem que usava perfil falso no Facebook. Ele passou a pedir diariamente fotos e vídeos dela em situações humilhantes.

Segundo site de ajuda a vítimas de crimes de internet, 332 pessoas procuraram ajuda este ano por causa de compartilhamento não-consensual de imagens íntimas: 252 mulheres e 80 homens. Esta semana, no rio, foram presos três suspeitos de estupro virtual.

Participe da elaboração da estratégia para defensoras dos direitos humanos da ONU Mulheres - sugestões até 06/01/2019

29/11 é Dia Internacional das Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos. No marco da data, ONU Mulheres abre chamada para sugestões para a elaboração de estratégia voltada às defensoras dos direitos humanos

Participe: <https://goo.gl/khKdsF> Prazo para envio: 06/01/2019

[\(ONU Mulheres, 29/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em todas as partes do mundo, mulheres ativistas trabalham incansavelmente para defender nossas liberdades e direitos, apesar das ameaças e da violência. Sua coragem é extraordinária e sua atividade é crucial para o avanço dos direitos humanos.

Dia 29 de novembro é o dia internacional de reconhecimento e celebração das mulheres defensoras dos direitos humanos, essenciais para o fortalecimento e a consolidação das democracias e do Estado de Direito no mundo.

No marco temático, a ONU Mulheres está no processo de desenvolver uma estratégia para apoiar melhor as mulheres defensoras dos direitos humanos. A estratégia busca engajamento com a sociedade civil para conhecer os desafios enfrentados e guiará o escritório da ONU Mulheres a implementar os mandatos normativos, programáticos e de coordenação da ONU. Tem, ainda, como propósito subsidiar o trabalho do Sistema das Nações Unidas para o apoio às defensoras e aos defensores dos direitos humanos.

Contribua! Acesse este link <https://goo.gl/khKdsF> O prazo para contribuições se encerra em 6 de janeiro de 2019.

29
NOVEMBRO

DIA INTERNACIONAL
DAS DEFENSORAS DOS
DIREITOS HUMANOS

“Somos solidárias com as centenas de milhares de defensoras dos direitos humanos que lideram a luta pelo gozo igualitário dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e reforçamos nosso compromisso em protegê-las e apoiá-las nesses esforços.

Phumzile Mlambo-Ngcuka
Diretora Executiva da ONU Mulheres

Participe da **construção da estratégia** voltada às Defensoras dos Direitos Humanos da ONU Mulheres: <https://goo.gl/khKdsF>

16 DIAS
DE ATIVISMO
muita coisa em jogo



[Entidades da educação cobram STF e lançam manual contra censura escolar](#)

Grupo faz apelo para julgamento e divulga estratégias contra ataque a educadores

[\(Folha de S.Paulo, 27/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em resposta ao avanço de ataques contra educadores por partidários [do movimento Escola sem Partido](#), religiosos e conservadores, um grupo de entidades ligadas à educação e aos

direitos humanos criou um manual de defesa contra perseguições de docentes e contra a censura nas escolas.

O material traz estratégias pedagógicas e jurídicas para atuação em diferentes casos de ataques, bem como desenha as premissas legais e pedagógicas que [resguardam o trabalho dos professores](#). O conteúdo pode ser acessado pelo endereço www.manualdedefesadasescolas.org.

Assinam o manual cerca de 60 entidades, incluindo Ação Educativa, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. O Fundo Malala e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal apoiam a iniciativa.

O grupo também preparou um apelo ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que haja o julgamento sobre uma lei estadual de Alagoas inspirada no movimento Escola sem Partido e batizada por lá de Escola Livre. O julgamento estava previsto para quarta-feira (28), mas o presidente da corte, ministro Dias Toffoli, incluiu outro processo na frente, o que pode adiar indefinidamente a análise.

Há expectativa com relação ao julgamento do Supremo [uma vez que essa lei de Alagoas foi suspensa](#), por decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, ao ser considerada inconstitucional. Esse entendimento também é respaldado por parecer do Ministério Público Federal.

A definição do STF poderia influenciar o projeto inspirado no Escola sem Partido em trâmite no Congresso. Ele tenta limitar o que o professor pode falar dentro da sala de aula e ainda vetar abordagens sobre gênero nas escolas.

O apelo, direcionado a Toffoli, é para que o tribunal se posicione sobre leis que “ferem os princípios constitucionais” e [“dê limite à escalada de ataques e perseguições](#) a educadoras e educadores e de atos de censura contra escolas em diversos municípios e estados brasileiros”.

Segundo levantamento do Movimento Educação Democrática, já houve ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante. Mas o objetivo do manual criado pelo grupo de entidades [é apoiar professores](#) que, mesmo sem legislações em vigor, já têm sido atacados ou constrangidos.

Em vídeo divulgado no último sábado (24), o deputado federal eleito pelo Rio Daniel Silveira (PSL) ameaça investigar um colégio em Petrópolis (região serrana do Rio) e também a diretora.

Em outubro, um docente de história em Natal foi ameaçado de morte depois que o pai de um aluno entendeu como ataque político uma explicação dele sobre a Lei Rouanet. Uma escola tradicional do Rio proibiu, no início daquele mês, [um livro que foi considerado comunista por pais](#) (a obra “Meninos sem pátria” retrata a vida de família exilada na ditadura).

Em 2016, a escola municipal Desembargador Amorim Lima, no Butantã, na zona oeste de SP, recebeu em 2016 uma notificação judicial de um vereador para que fosse cancelado um evento que discutiria questões de gênero.

“O pior de tudo é o discurso de ódio contra os professores, que estão sendo ameaçados de todas as maneiras em todo o Brasil”, diz a professora Fernanda Moura, que atua na rede

pública do Rio e faz parte do Movimento Educação Democrática e do grupo Professores Contra o Escola sem Partido.

O “Manual de Defesa Contra Censura nas Escolas” é estruturado em 11 casos simbólicos, inspirados em episódios reais que vão desde a aprovação de leis até a interferência de membros externos, como Justiça ou polícia. Para esses casos, há a descrição dos desdobramentos, bem como o que professores podem fazer.

Escrito coletivamente, o [manual é contra a censura da escola](#), seja por ações de partidários do Escola sem Partido (que criticam professores sobre uma suposta doutrinação de esquerda) como por aquelas praticadas por conservadores e religiosos, que tentam vetar abordagens sobre gênero ou sexualidade. “O Manual de Defesa foi pensado para combater atos de perseguição que exploram uma eventual fragilidade individual dos profissionais da educação, criando um clima de medo e autocensura nas escolas”, cita parte do texto.

Além de um arcabouço [legal sobre a censura na educação e sobre a pertinência legal](#) e pedagógica da presença de temas como gênero e combate à desigualdades nas escolas, norteiam o material a valorização da gestão democrática escolar, a reafirmação da escola como ambiente de resolução de conflitos e a reafirmação da relação de trabalho dos professores, seja com a escola ou com o estado.

O entendimento de educadores, reafirmado no manual, é de que a intenção de “[grupos ultraconservadores](#)” é impedir que diferentes interpretações e compreensões do mundo sejam debatidas nas instituições de ensino, estimulando uma educação para a obediência e para a naturalização das desigualdades sociais, do racismo, [do sexismo, da LGBTfobia](#) e de outras discriminações”.

Helena Araújo, presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), diz que os movimentos atuais de pressão contra professores têm fragilizado os profissionais e deteriorado as relações nas escolas. “Essa forma de atuação amedronta os trabalhadores e interfere na relação entre professores e alunos”, diz.

O professor Fernando Cássio, da UFABC, diz que o fato de o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) canalizar apoio ao projeto Escola sem Partido agrava a situação. “Os professores já estão muito vilipendiados, por baixos salários, condições ruins de trabalho, e ainda têm de ser humilhados e chamados de doutrinadores”, diz.

Para Denise Carreira, da Ação Educativa, os movimentos articulados ao Escola sem Partido negam a efetivação do direito à educação e prejudicam o acesso a um ensino de qualidade aos estudantes de escolas públicas e privadas.

“Além das questões legais, há consenso na área educacional de que esse discurso compromete totalmente a qualidade da educação, porque estimula a obediência e a mediocridade.”

Assim com Bolsonaro, o ministro da Educação escolhido pelo presidente eleito, Ricardo Vélez Rodríguez, é defensor do Escola sem Partido. Criado em 2004, o movimento ganhou força depois de que os filhos de Bolsonaro ingressaram de forma pioneira, em 2014, com projetos em forma de lei no Legislativo no Rio.

A agenda se consolidou ainda mais quando o ataque a abordagens de gênero na escola entram nos textos de projetos de lei, a partir de 2015.

Segundo estudiosos, a abordagem educacional sobre questões de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher e homofobia. A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Por Paulo Saldaña

Educação 360: Debate por igualdade de gênero nas ciências tem exemplos de brasileiras

Encontro contou com presença de cinco mulheres que lutam por melhores condições no campo da pesquisa

[\(O Globo, 26/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A desigualdade na participação de homens e mulheres na ciência é antiga e notória, mas quais suas raízes e como combatê-la? Foi para discutir essa questão que o Educação 360 STEAM reuniu cinco mulheres com exemplos concretos de luta pela equidade de gêneros na área das exatas.

A mesa “Mulheres em STEAM”, realizada na tarde de hoje, no Museu do Amanhã, no Rio, mostrou com dados as dificuldades por que passam as profissionais e acadêmicas do sexo feminino: elas são apenas 30% dos cientistas no mundo e meros 3% dos vencedores do Prêmio Nobel; apenas 20% das bolsas de pesquisa no Brasil são de mulheres; 60% das que trabalham no mercado de tecnologia já sofreram assédio.

A partir de suas experiências, as convidadas mostraram como superar os obstáculos impostos desde cedo às mulheres que pretendem seguir carreira científica.

Joana D’Arc Félix de Sousa, química pesquisadora, especialista do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Personalidade 2017 do Prêmio Faz Diferença, concedido pelo Jornal O GLOBO, falou de sua experiência com redução das desigualdades através da educação científica.

Professora de uma escola técnica na periferia de Franca (SP), ela decidiu dar bolsas de iniciação científica aos alunos envolvidos com o tráfico e a prostituição. Eles trabalharam com curtimento de couros variados num esquema caseiro e não poluente.

- Vencermos na vida independe da nossa origem. Passei fome, passei necessidade, mas, com

muito esforço, é possível vencer. Investir na educação científica é peça-chave para uma sociedade mais humana e democrática.

Ela também se manifestou contra o que considera “vitimismo” e disse que ser alvo de preconceito, como ela foi, pode ser uma ferramenta poderosa para a formação de cérebros pensantes.

A diretora da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Márcia Barbosa, mostrou que a participação das mulheres na áreas exatas é relativamente equilibrada até a graduação, mas despenca nos níveis educacionais posteriores.

- As mulheres vão sendo tesouradas quando vão para o doutorado e para a carreira profissional - disse Márcia, também professora de Física da UFRGS.

Citando estudo de Princeton com 400 crianças, ela afirmou que essa cultura da iniquidade de gêneros começa na infância, na escola.

- À medida que a criança socializa, ela aprende que meninos são inteligentes, meninas são esforçadas. Quanto mais inteligente é a menina, mais ela foge da área de ciências.

Entre as medidas para combater a desigualdade, ela citou a conquista da licença-maternidade para bolsistas do CNPq e a criação de um Código de Ética e de Conduta para inibir assédios nas universidades.

- Diversidade é bom não só porque é mais justo, democrático. É bom porque faz uma ciência melhor - disse Márcia.

Amalia Fischer, CEO do Elas Fundo de Investimento Social, falou sobre o programa de gestão escolar para equidade nas exatas e apontou outro problema que leva à escassez de mulheres nas ciências: a violência e o assédio contra as mulheres.

- Equidade de gênero não é mimimi. É um problema sério, que tem impacto econômico e social, que resulta em violência contra a mulher e precisa ser combatido.

Outro exemplo de combate à desigualdade foi dado por Danielle Nunes, gerente de comunicação corporativa da L'Oréal. Ela falou sobre o programa Para Mulheres na Ciência, criado pela empresa há 29 anos e que foi o primeiro dedicado a mulheres cientistas no mundo — e o único no Brasil.

Com sete vencedoras por ano, que fazem jus a uma bolsa de R\$ 50 mil, o prêmio já contemplou 89 cientistas com mais de R\$ 4 milhões em bolsas.

- A situação atual indica que há um desequilíbrio muito grande. Mais mulheres na ciência é do interesse de todos - disse Danielle.

Já a gerente de design educacional do MundoMaker, Juliana Ragusa, citou sua experiência na criação de um espaço maker em uma escola pública de São Paulo.

- Estamos na transição de uma sociedade industrial para uma criativa. Precisamos oferecer oportunidades para que as meninas se descubram. Que cada uma se veja como uma célula local, capaz de contaminar outras.

O Educação 360 STEAM é uma realização dos jornais O GLOBO e Extra, com patrocínio de

Sesi, Instituto Unibanco, Colégio pH e Fundação Telefônica Vivo, apoio de L'Oréal Brasil e apoio institucional de Revista Galileu, site TechTudo, TV Globo, Canal Futura, Unicef e Unesco.

Por Marco Aurélio Canônico

Sexo e gênero: novas fake news, por Eva Blay

Suponhamos uma ligação telefônica: um homem liga para o pronto socorro e diz que está com uma dor estranha no peito, o braço direito está formigando, está com dificuldade de respirar. Do outro lado do fio, pelas informações, um atendente supõe que o homem está tendo um ataque cardíaco e toma providências urgentes. Agora, imaginemos que uma mulher telefona para o pronto socorro e diz que não está se sentindo bem, que está com dores no estômago, o braço está formigando etc. A pessoa do outro lado da linha logo imagina: ela deve ter brigado com o namorado, está nervosa, não deve ser nada. Manda tomar um analgésico e descansar. Quando, depois de algum tempo é atendida, é tarde demais: estava tendo um ataque cardíaco.

[\(Jornal da USP, 22/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Esses dois exemplos não são ocasionais, eles revelam como alguns profissionais, inclusive da saúde, têm uma visão preconceituosa com relação ao sexo do paciente. Essas concepções se colam ao sexo biológico. Atribuímos aos indivíduos de sexo biológico masculino ou feminino comportamentos, valores, modos de agir. Esse conjunto composto de “sexo biológico + comportamentos sociais” compõe o que denominamos gênero.

Os exemplos dos problemas cardíacos citados levaram algumas cardiologistas a um desafio: por que as mulheres relatam sintomas diferentes dos homens? Essa pergunta levou-as a pesquisar o que acontece no sistema circulatório feminino que faz com que elas descrevam sintomas diferentes dos homens. Ao fazer essa pergunta, evidentemente abandonaram uma visão preconceituosa de gênero e foram investigar a mecânica da circulação sanguínea cardíaca. Resultado: constataram que os mecanismos que provocavam os sintomas eram diferentes para homens e mulheres.

Poderíamos avançar relatando inúmeros enganos e erros. Contudo, alguns graves resultados errôneos de pesquisas feitas com animais apenas do sexo masculino conduziram a consequências perniciosas. Ignorando as diferenças sexuais na fase da pesquisa, os resultados foram estendidos a toda a população humana, portanto a homens e mulheres. Os problemas surgiram nos efeitos diretos ou indiretos das medicações. Além, é claro, dos enormes desperdícios financeiros. Em consequência, muitas associações de financiamento passaram a exigir que as pesquisas incluíssem os sexos (dos animais ou pessoas) desde o início.

Os exemplos dos problemas cardíacos citados levaram algumas cardiologistas a um desafio: por que as mulheres relatam sintomas diferentes dos homens?

Verificou-se também que não bastava incluir sexo, era importante incluir gênero, ou seja, os fatores ambientais, emocionais, sociais que envolvem os indivíduos.

Ao adotar essa nova perspectiva - que introduz a presença da dimensão sexo biológico e gênero - a ciência avança e inova.

Em fevereiro de 2011, a “Comissão Europeia” de pesquisa e inovação constituiu um grupo de especialistas para atuar no programa Ciência e Sociedade. Esse programa focava dois objetivos: “fornecer aos cientistas e engenheiros os métodos de análise que, ao incluir sexo e gênero, os levassem a novas ideias e a excelência em pesquisa”. Reuniram-se sessenta especialistas da Europa (Alemanha, Espanha, França, Holanda e Bélgica), Estados Unidos e Canadá em sete reuniões. Nessas reuniões, analisaram os resultados das respectivas pesquisas que incluíam sexo e gênero e selecionaram para publicação os estudos de casos para fornecer os métodos científicos que deveriam servir à ciência básica assim como ao desenvolvimento da engenharia e da tecnologia. Reuniram pesquisas sobre alimentos e nutrição, saúde e medicina, transporte, assim como comunicação científica. Os resultados serão avaliados em 2020.

Para dar uniformidade às pesquisas e poder compará-las, partiram da definição do que é sexo e o que é gênero:

O termo sexo se refere às qualidades características das mulheres e dos homens conforme seus órgãos reprodutivos e funções baseadas na fisiologia e em seus cromossomos. Portanto, por sexo classificam-se os seres vivos como masculinos, femininos e intersex.

O termo gênero - um processo sociocultural - refere-se às atitudes culturais e sociais que dão forma e sancionam como feminino ou masculino o comportamento, os produtos, as tecnologias, o ambiente e o conhecimento.

Se a ciência no mundo todo caminha incorporando sexo e gênero em suas pesquisas, na produção do saber em todas as áreas do conhecimento, o que acontece no Brasil que se procura confundir os legisladores e as pessoas de senso comum distorcendo inteiramente o significado de sexo e gênero?

O que significa a pergunta colocada no documento da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados que propõe “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia e devolver às famílias o direito à educação sexual das suas crianças e adolescentes”? O que entendem por “ideologia de gênero”? Como associaram gênero com pornografia?

A USP é o exemplo de uma Escola Democrática. Aqui gênero é entendido na complexidade dos seres humanos, com respeito à liberdade de ensino, pesquisa e difusão do conhecimento. Ideias variam, há confrontos e do debate resultam novos caminhos para o conhecimento científico.

De onde surge a ideia de que há uma ideologia de gênero? O conceito de gênero não é autoritário, não pertence a um único partido político e não desrespeita qualquer pessoa.

A universidade brasileira, especialmente a Universidade de São Paulo (da qual faço parte), é aberta ao debate, inclui pensadores das mais diversas correntes políticas e ideológicas, das

diversas religiões, de todas as etnias e de diversas classes socioeconômicas. O debate aqui é amplo, variado, desde sua fundação em 1934. Mesmo nos períodos em que a sociedade viveu sob a censura, ainda assim a USP nunca fechou suas portas.

Hoje, independentemente dos resultados eleitorais no Estado ou no âmbito federal, a USP continua seu caminho realizando Jornadas de Ciências para capacitar professores da rede pública, faz avaliação da qualidade de educação e colabora com as pesquisas internacionais como, por exemplo, na nova base de dados para o atlas genômico do câncer, além de continuar formando profissionais das mais diversas áreas na graduação e na pós-graduação.

A USP é o exemplo de uma Escola Democrática. Aqui gênero é entendido na complexidade dos seres humanos, com respeito à liberdade de ensino, pesquisa e difusão do conhecimento. Ideias variam, há confrontos e do debate resultam novos caminhos para o conhecimento científico. Percorremos o espaço nacional, levamos e trazemos conhecimentos para todas as partes do mundo. O Brasil só tem a ganhar com a total liberdade das ideias.e

Bibliografia

1. "Jornada de Ciências traz capacitação para professores da rede pública de SP". Disponível em: jornal.usp.br/?p=203943
2. "Relatório apresenta propostas para avaliar qualidade da educação". Disponível em: jornal.usp.br/?p=194975
3. "Nova base de dados para atlas genômico do câncer é destaque naScience". Disponível em: jornal.usp.br/?p=206219

Eva Alterman Blay é Professora Emérita da Universidade de São Paulo